

# **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DO FUNDEF AO FUNDEB.** Adriana Inácio Yanaguita, Lourdes Marcelino Machado. - Educação – Pedagogia – Departamento de Administração e Supervisão Escolar – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Este trabalho tem como objeto de pesquisa o Financiamento da Educação na Legislação do Brasil. O interesse pelo tema surgiu da constatação de que, na década de 1990, o financiamento da educação, quando comparado às demais temáticas, foi abordado em um número representativo de obras.

A fim de compreender melhor esta temática, o presente estudo buscou responder a quando e como surgiu o financiamento da educação na Legislação Brasileira e como foi seu percurso até chegar à legislação vigente.

Por esta razão, no primeiro capítulo, intitulado **O financiamento e a vinculação de recursos para a educação na legislação brasileira**, é apresentada a trajetória do financiamento da educação no Brasil, a começar pelo Período Imperial - no qual já é possível encontrar, nos documentos jurídicos, propostas para a destinação de recursos mínimos e constitucionais para a educação - até chegar à Lei 9.424/96 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), previsto para vigorar até dezembro de 2006.

No segundo capítulo, denominado **FUNDEF: conceito, contexto e consequências**, estuda-se o FUNDEF, analisando os seus princípios e mecanismos de financiamento para a educação, através de uma breve apresentação do contexto político em que surgiu e de suas principais consequências para o sistema educacional.

Por fim, no terceiro e último capítulo, chamado **FUNDEB: uma “nova” proposta para o financiamento da educação**, aborda-se o provável Fundo que substituirá o FUNDEF a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 415, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional em junho de 2005, e da segunda versão do Anteprojeto de Lei de Regulamentação do FUNDEB de novembro de 2005, para uma posterior análise de suas propostas.

Através desta pesquisa pode-se concluir que o financiamento da educação na Legislação brasileira foi, e continua a ser, predominantemente, realizado pela vinculação de recursos, especialmente, de impostos.

É interessante ressaltar que da Constituição de 1934, na qual aparece pela primeira vez a vinculação de recursos, passando à Constituição de 1988 até chegar à LDB 9.394 de 1996, tal vinculação foi feita por meio de fundos considerados informais, já que não foram designados dessa maneira (DAVIES, 2005, p. 7).

Apenas a partir da Emenda 14 de 1996 é que a vinculação de impostos para a educação foi definida formalmente como um fundo: primeiramente, com o FUNDEF, que vinculou parte dos recursos para o ensino fundamental regular, e, possivelmente, com o FUNDEB, que promete vincular parte dos recursos da educação a quase toda a educação básica.

A análise desses Fundos, principalmente, do FUNDEF e do FUNDEB, permitiu considerar ainda, que o financiamento da educação na Legislação brasileira tem passado por alterações que aparentam ser promissoras para a melhoria da qualidade da educação no país, mas que, quando analisadas sob a luz dos contextos histórico, político, econômico e social que as envolve, e de seus resultados, revelam as verdadeiras intenções que nelas estão embutidas e o “remendo de pano novo posto em roupa velha” (McDOWELL, 2001, p. 970). Além disso, essas leis são, permanentemente, infringidas pelos governos federal, estadual e municipal sem que, na maioria dos casos, eles sejam punidos, o que torna constante tal prática.

## **REFERÊNCIAS**

A PROPOSTA do governo precisa ser aprimorada. Disponível em:  
<<http://www.campanhaeducacao.org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

AMARAL, N. C. Um novo Fundef? As idéias de Anísio Teixeira. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 22, n. 75, p. 277-290, ago. 2001.

BELLIS, D.; HARRISON, S.; COFFEY, B. (Col.). **A rocha**: a bíblia que conduz às escolhas corretas. São Paulo: Candeia, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Anteprojeto de lei de regulamentação do FUNDEB**: 2.<sup>a</sup> versão, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Proposta de Emenda à Constituição**: PEC 415, 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **PEC do Fundeb**: frustrações e incógnitas. Disponível em: <<http://www.campanhaeducacao.org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

CALLEGARI, C. **O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo**. São Paulo: Aquariana, 2002.

COMPREENDENDO o Fundeb: principais características, histórico e pontos críticos. Disponível em: <<http://www.campanhaeducacao.org.br>>. Acesso em: 25 nov. 2005.

DAVIES, N. **FUNDEB**: solução ou remendo para o financiamento da educação básica? [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[driyanaguita@yahoo.com.br](mailto:driyanaguita@yahoo.com.br)> em: out. 2005.

GUIMARÃES, J. L. Alguns impactos do Fundef: apontamentos e incertezas após sua implantação. In: MARTINS, A. M.; OLIVEIRA, C. de; BUENO, M. S. S. (Org.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 193-210.

MELCHIOR, J. C. de A. **A política de vinculação de recursos públicos e o financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: FEUSP, 1981.

\_\_\_\_\_. **O financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: EPU, 1987.

OLIVEIRA, C. de. Algumas observações sobre o financiamento do ensino. In: MARTINS, A. M.; OLIVEIRA, C. de; BUENO, M. S. S. (Org.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 129-142.

OLIVEIRA, R. P. de. O financiamento da educação. In: \_\_\_\_\_. ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 89-119.

PINTO, J. M. de R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, set. 2002.

RODRIGUEZ, V. Financiamento da educação e políticas públicas: o FUNDEF e a política de descentralização. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 21, n. 55, p. 42-57, nov. 2001.

SILVA, C. S. B. da; MACHADO, L. M. (Org.). **Nova LDB**: trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.